

RECURSO ESPECIAL Nº 1.752.679 - SC (2018/0169782-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : ODILA MARIA WALTER ALVES
ADVOGADOS : DANIELA RECH - SC036478
THIAGO NERY RETORE E OUTRO(S) - SC035686
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE LABORAL. COMPROVAÇÃO. REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO IMPLEMENTADOS. REVISÃO DO ARCABOUÇO PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 245, e-STJ):

PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE LABORAL COMPROVADA. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DIFERIMENTO.

1. Comprovado que o segurado se encontra temporariamente incapacitado para suas atividades habituais, é devido o benefício de auxílio - doença.
2. Deliberação sobre índices de correção monetária e taxas de juros diferida para a fase de cumprimento de sentença, a iniciar-se com a observância dos critérios da Lei 11.960/2009, de modo a racionalizar o andamento do processo, permitindo-se a expedição de precatório pelo valor incontroverso, enquanto pendente, no Supremo Tribunal Federal, decisão sobre o tema com caráter geral e vinculante. Precedentes do STJ e do TRF da 4ª Região.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação do artigo 1.022, II e parágrafo único, II, do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia, notadamente sobre a tese de violação ao artigo 489, § 1º, do CPC/2015, ante as seguintes questões: a) não foram levados em consideração elementos probatórios que demonstram a incapacidade da ora recorrente na data da primeira cessão do benefício de auxílio-doença; b) contradição entre o fato da incapacidade ensejadora dos benefícios ser única (asma brônquica) e a afirmação do perito no sentido de que a incapacidade se dava à "falta de ajuste do tratamento médico por ela realizado" (fl. 270, e-STJ); c) a parte interessada não permaneceu inerte durante o intervalo entre o cancelamento do primeiro benefício e o deferimento do segundo, tendo providenciado requerimentos administrativos; d) Foi desprezado o tempo decorrido entre a consulta médica especializada, a realização de exame, o resultado e posterior e o requerimento administrativo; e) ao contrário do que concluiu o acórdão, a incapacidade da recorrente é permanente; f) o caso é hipótese de acolhimento de embargos de declaração com efeitos infringentes para corrigir premissas equivocadas.

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 288/289, e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Não prospera a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, IV e VI e 1.022, II e Parágrafo Único, do NCPC, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia. É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. Celso Limingi (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

No que se refere à tese de que o benefício de Auxílio-Doença deveria ter seu restabelecimento desde o primeiro cancelamento (8/3/2011), e com a perícia médica (5/11/2014) transformado em aposentadoria por invalidez, o Tribunal *a quo*, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, bem como mediante análise soberana do contexto fático-probatório dos autos decidiu à base da seguinte fundamentação (fls. 238-239):

"[...]

No que diz respeito à incapacidade, destaco que o diagnóstico indicando a existência de determinada doença, por si só, não significa que está o paciente incapacitado para o trabalho. E o mesmo se dá com relação a patologias de natureza irreversível ou incurável, pois várias são as doenças sem cura ou sem reversão do quadro que nenhum comprometimento trazem à plena capacidade laboral do portador.

Segundo entendimento dominante na jurisprudência pátria, nas ações em que se objetiva a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio - doença, ou mesmo nos casos de restauração desses benefícios, o julgador firma seu convencimento com base na prova pericial, não deixando de se ater, entretanto, aos demais elementos de prova.

[...]

No tocante ao início da incapacidade, verifico que **inexistem nos autos elementos que permitam concluir que a autora, por ocasião do cancelamento do benefício, em 08/03/2011, ainda se encontrava incapacitada para o trabalho, sendo que o restante da documentação médica trazida pela parte autora é relativa ao período posterior no qual que ela já recebeu auxílio-doença, ou seja, de 9/02/2012 a 2/3/2013.**

Desse modo, mantém-se a sentença na parte em que concedeu auxílio-doença, desde o cancelamento, em 02/03/2013, uma vez que restou demonstrado que a autora já se encontrava incapaz para o exercício de suas atividades laborativas.

Portanto, no ponto, não merecem provimento os recursos e a remessa oficial.

"[...]"

Do excerto transcrito, verifica-se que o acórdão vergastado, complementado pelo proferido no julgamento dos embargos de declaração, manifestou-se expressamente sobre todas as questões postas pelo recorrente, portanto, não se trata de violação aos artigos 1.022 e 489, § 1º, IV e VI, do CPC/2015, estando o julgado, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de

declaração.

Com efeito, repita-se, a Corte de origem debruçou-se sobre os elementos fático-probatórios da demanda, destacando aquelas mais relevantes ao seu convencimento, como o laudo pericial judicial e a documentação médica juntada pela parte autora.

Cabe destacar que "o simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida." (Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, REsp n. 1.743.483/RS, Dje 19/12/2018). É o caso dos autos, em que não se verifica omissões ou contradições a serem sanadas e que os embargos de declaração veiculam mero inconformismo com o conteúdo da decisão embargada, que foi desfavorável ao recorrente.

Ademais, de bom alvitre ressaltar, que o órgão julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Sendo suficiente o enfrentamento da demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. REAJUSTES FERROVIÁRIOS. FEPASA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC DE 1973. NÃO VERIFICADA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO STF. LEI N. 9.343/96. ANÁLISE DE LEI LOCAL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 280 DA SÚMULA DO STF.

I - [...]

II - Não se configura, portanto, a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 (art. 1.022 do CPC/15), uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

III - **Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução. Nesse sentido: REsp n. 1486330/PR, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 24/2/2015; AgRg no AREsp n. 694.344/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 2/6/2015; EDcl no AgRg nos EAREsp n. 436.467/SP, Rel. Ministro João Otávio De Noronha, Corte Especial, DJe 27/5/2015.**

IV - Dessarte, como se observa de forma clara, não se trata de omissão, mas sim de inconformismo direto com o resultado do acórdão, que foi contrário aos interesses da parte recorrente.

V - Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão embargada não enseja embargos de declaração. Esse não é o objetivo dos aclaratórios, recurso que se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da ausência de análise dos temas que lhe forem trazidos à tutela jurisdicional, no momento processual oportuno, conforme o art. 535 do CPC/73.

VI - [...]

VII - [...]

VIII - [...]

IX - Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1239589/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 18/12/2018)

Desnecessário qualquer esclarecimento ou complemento ao que já decidido pela Corte de origem, resta afastada a alegada ofensa aos artigos 1.022, II e parágrafo único,

c/c 489, § 1º, IV e VI, ambos do CPC/2015.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

